

Relatório da Administração 2014

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Prezados Acionistas,

A Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“AES Eletropaulo” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Perfil

A AES Eletropaulo é uma companhia de capital aberto com ações listadas na BMF&Bovespa, responsável pelo fornecimento de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país. A Companhia detém uma área de concessão de 4.526 km², com alta densidade demográfica e que concentra o maior PIB do Brasil.

Para atender à demanda de 6,7 milhões de unidades consumidoras, a AES Eletropaulo, que conta com 6.152 colaboradores próprios, dispõe de uma estrutura formada por 152 subestações (sendo 140 estações transformadoras de distribuição, oito estações do sistema de distribuição e quatro estações transformadoras subterrâneas de distribuição) e uma malha de distribuição e subtransmissão, cabos aéreos e subterrâneos, de mais de 42 mil quilômetros, dos quais 1.847 km são linhas de subtransmissão, 2.558 km são redes de distribuição subterrâneas e 38.352 km referem-se a redes de distribuição aérea. A Companhia também possui mais de 202 mil transformadores de distribuição aéreos e subterrâneos.

Contexto Setorial

O setor elétrico brasileiro é regulado pela ANEEL, tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (ONS), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº. 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente a partir de uma fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Essa fórmula considera o repasse dos chamados custos “não gerenciáveis” pela ANEEL (Parcela A - encargos setoriais, custos de compra de energia para revenda e custos de transmissão) e corrige os “custos gerenciáveis” da concessionária (Parcela B - despesas operacionais, remuneração dos ativos e depreciação) pelo IGP-M dos 12 meses anteriores à data-base do seu reajuste, deduzidos de um índice de ganho de produtividade, denominado “Fator X”.

No caso da AES Eletropaulo, a revisão tarifária ocorre a cada quatro anos, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro estabelecido no contrato de concessão. Dentre os principais pontos que são considerados pela ANEEL na metodologia de revisão tarifária estão a avaliação da base de ativos, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, a depreciação repassadas às tarifas e o custo médio de capital (WACC) que, aplicado sobre a base de ativos, determina a remuneração da Companhia. A próxima revisão tarifária ocorrerá em julho de 2015.

Reajuste Tarifário 2014

A ANEEL, em 3 de julho de 2014, aprovou o reajuste tarifário de 2014 da Companhia de 9,06%, composto por reajuste econômico de +12,04% e componente financeiro negativo de 2,99%, aplicado a partir de 4 de julho de 2014, e que descontado o componente financeiro considerado no processo tarifário anterior, resultou em um efeito médio de 18,66% percebido por seus clientes.

O índice de reajuste tarifário aprovado incluiu:

- (i) a amortização dos 37,55% remanescentes do passivo regulatório formado em função da postergação, pela ANEEL, da data de aplicação da Terceira Revisão Tarifária Periódica (3RTP), de 4 de julho de 2011 para 4 de julho de 2012, no montante de R\$ 403 milhões; e
- (ii) a restituição de 50% das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente, no montante de R\$ 326 milhões.

São destacados abaixo os itens que compuseram o reajuste tarifário de 2014:

Reajuste Tarifário		
Parcela A	Encargos Setoriais	1,61%
	Energia Comprada	6,63%
	Encargos de Transmissão	2,21%
	Parcela A	10,45%
Parcela B	1,60%	
Reajuste Econômico		12,04%
CVA Total		2,67%
Outros Itens Financeiros da Parcela A		1,73%
Ajuste Financeiro da Revisão Tarifária de 2011		-4,08%
Restituição Ativo		-3,30%
Reajuste Total		9,06%
Efeito para o consumidor		18,66%

Restituição de Ativo Possivelmente inexistente - Decisões da ANEEL sobre o Pedido de Reconsideração e o Processo Específico

A Aneel, em reunião pública da sua Diretoria realizada em 17 de dezembro de 2013, deliberou sobre o processo específico para análise da procedência do recálculo das tarifas praticadas pela Companhia antes da data da sua 3RTP (Processo nº 48500.006159/2012-75 - “Processo Específico”), para eventual desconto e restituição de parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente.

O Processo Específico foi instaurado por determinação da Diretoria da ANEEL em julho de 2012, para que a Superintendência de Regulação Econômica (“SRE”) analisasse se seria devido ou não o recálculo das tarifas praticadas pela Companhia, anteriormente à data da sua 3RTP, para eventual desconto e restituição de parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente e, se esse fosse o caso, apurar o período de retroação e seu correspondente valor.

A Diretoria da ANEEL determinou o recálculo das tarifas praticadas pela Companhia no período de julho de 2007 a julho de 2011, representando o valor de R\$ 626 milhões. Esse valor foi corrigido por IGP-M a partir de 1º de dezembro de 2013 até a data de início da sua devolução, em julho de 2014.

Em janeiro de 2014 a Companhia interpôs um mandado de segurança com pedido de liminar, para que a Justiça determinasse a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração fosse julgado pela ANEEL. A liminar foi concedida em favor da Companhia em 29 de janeiro de 2014.

Em julho de 2014, a Diretoria da Aneel manteve a decisão tomada em dezembro de 2013, que decidiu pela devolução das parcelas de remuneração e depreciação associadas ao ativo possivelmente inexistente em até quatro eventos tarifários.

Em Agosto de 2014, a Companhia deu início a discussão na esfera judicial para anular os Despachos ANEEL n.º 4.259/2013 e n.º 2.176/2014. Adicionalmente, a Companhia ingressou com pedido de liminar para suspender o componente financeiro negativo incluído na tarifa da Companhia em julho de 2014 até a decisão final da ação judicial.

A liminar foi indeferida em 1ª instância e, em 02 de setembro de 2014, a Companhia ingressou com recurso de Agravo de Instrumento na 2ª instância, e obteve a decisão liminar que determinou à Aneel o recálculo das tarifas excluindo o componente financeiro negativo até o julgamento do mérito do recurso.

Em outubro de 2014, o Desembargador Relator suspendeu o cumprimento da liminar até o julgamento do mérito do recurso de Agravo de Instrumento. Na ocasião o Desembargador Relator votou favoravelmente à Companhia pela manutenção da liminar, mas um dos Desembargadores Revisores requereu um prazo adicional para analisar os argumentos de ambas as partes, suspendendo temporariamente o julgamento.

Em dezembro, o Desembargador Relator determinou à Aneel a republicação das tarifas da Companhia, excluindo o componente financeiro de 3,3%, correspondente a 50% do valor do ativo possivelmente inexistente, que havia sido aplicado na tarifa homologada no dia 04 de julho de 2014. Em atendimento a essa determinação, em 05 de janeiro de 2015 a Aneel realizou Reunião de Diretoria e votou pela republicação das tarifas da Companhia, ocorrida no dia 08 de janeiro de 2015.

Neste ínterim, em 07 de janeiro de 2015, a ANEEL apresentou recurso ao Superior Tribunal de Justiça - STJ visando a suspensão dos efeitos da liminar concedida em favor da Companhia. Contudo, em 16 de janeiro de 2015, ao analisar o pleito da ANEEL, um dos ministros do STJ indeferiu o pedido de suspensão. A Aneel, em 10 de fevereiro de 2015, recorreu desta decisão ao Plenário do STJ, que é composto por todos os Ministros do Superior Tribunal. Não há prazo para o julgamento deste recurso.

Desta forma, a liminar obtida em 2ª instância continua válida e surtindo todos os seus efeitos. E não obstante os recursos da Aneel na 2ª instância e no STJ, que estão pendentes de julgamento, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e internos, entende que tem boas chances de êxito em relação à manutenção da liminar e ao mérito do caso.

Desempenho Operacional

Balanco energético¹

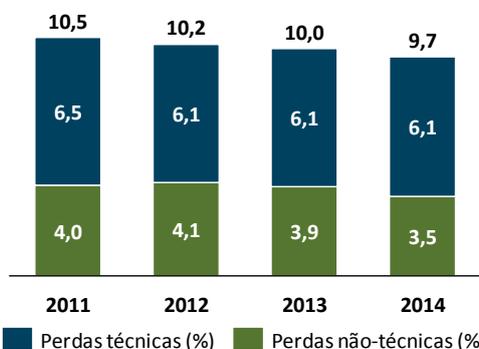
SUPRIMENTO (GWh)		FATURAMENTO (GWh)	
Itaipu	9.599	16.486	Residencial
Bilateral Tietê	11.108	13.134	Comercial
Bilateral Outros	-	5.281	Industrial
Proinfa	969	2.926	P.Público e Outros
Leilão (hídrico)	14.193	38	Consumo Próprio
Leilão (térmico)	7.388	902	Perda Transmissão
CCEE	515	5.005	Perda Distribuição
ENERGIA REQUERIDA			
43.772			

A AES Eletropaulo encerrou o ano de 2014 com um nível de contratação de 98,8%. A subcontratação de 2014 ocorreu principalmente devido: (i) ao cancelamento e ao atraso de entrada em operação comercial de usinas de contratos oriundos de leilões de energia nova (CCEARs); (ii) à insuficiência

¹ O balanço energético reflete os números do fechamento de 2014, informados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em janeiro de 2015. Números demonstrados nas notas explicativas que constam nas Demonstrações Contábeis refletem os valores estimados pela Companhia à época do fechamento contábil e que são ajustados nos meses subsequentes quando da disponibilização dos números finais pela CCEE.

de cotas decorrente da Lei nº. 12.783/2013; (iii) ao cancelamento do Leilão A-1 de 2012; e (iv) à frustração do Leilão A-1 de 2013 e do Leilão A-0 de 2014. Em função dessa subcontratação, a Companhia adquiriu energia no mercado de curto prazo, aumentando o custo com compra de energia. Essa exposição ao mercado de curto prazo é reconhecida pelo órgão regulador como involuntária, o que exime a distribuidora de penalidades e garante o repasse do custo para a tarifa.

Perdas (%) - (últimos 12 meses)



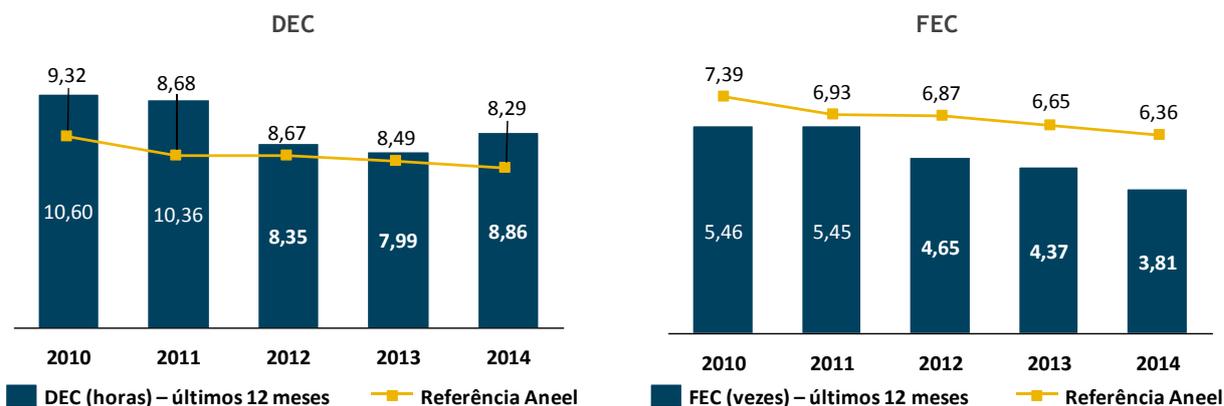
- Referência Aneel de Perdas de 9,5% para o ano regulatório 2014/2015
- Referência Aneel de Perdas de 9,7% para o ano civil de 2014

As perdas totais apresentaram redução de 0,34 p.p. quando comparado a 2013 em função das ações implementadas pela Companhia para redução da parcela não técnica, principalmente no segmento de baixa renda. A Companhia desde o final de 2011 executa um programa de mapeamento e cadastramento na Tarifa Social de Energia Elétrica das famílias que possuem o perfil de renda previsto pela legislação.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) inspeções de fraude; (ii) programa de recuperação de instalações cortadas; e (iii) regularização de ligações informais.

Em 2014, as iniciativas de combate a perdas acrescentaram ao mercado faturado 633 GWh, ante 564 GWh em 2013.

Indicadores de Qualidade



O indicador DEC atingiu 8,86 horas nos últimos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2014, o que representa uma elevação 10,9% em relação a 2013 (7,99 horas). Esse desempenho reflete a maior incidência de eventos com ventanias significativas de até 100 km/h durante o período que, associado a chuvas e raios, fez com que um número incontável de galhos e objetos atingisse a rede elétrica, causando múltiplos danos à fiação, postes e aos demais equipamentos. Em apenas três dias foi registrada a queda de mais de 400 árvores na cidade de São Paulo, contribuindo para o aumento do DEC no período.

O índice FEC dos últimos 12 meses foi de 3,81 vezes, uma redução de 12,7% em comparação a 2013 (4,37 vezes). Desde o ano de 2010, a Companhia reduziu o FEC em 30% e o DEC em 16%, reflexo das ações implementadas pela Companhia e investimentos em automação, manutenção e novas linhas e subestações, com foco na melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Em 2014, as penalidades pagas pela Companhia aos seus clientes por transgressões dos indicadores de DIC, FIC e DMIC totalizaram R\$ 18,3 milhões, valor 2,0% superior ao registrado em 2013.

Satisfação do Cliente e Excelência no Atendimento

A combinação entre capacitação, implementação de novas tecnologias e a revisão de processos gerou uma redução de 42% no número de reclamações nos últimos três anos e de 35% no número de termos de notificação do PROCON no último Ranking Estadual de Reclamações Fundamentadas, publicado oficialmente em março de 2014, no qual a AES Eletropaulo registrou uma melhora de dez posições, passando da 11ª posição para a 21ª colocação. Em 2014, a Companhia atingiu 78,6% no Índice de Satisfação de Qualidade Percebida - ISQP medido pela ABRADÉE.

A satisfação do cliente é um dos direcionadores estratégicos do novo planejamento estratégico sustentável da AES Brasil. Em 2014, foram realizados investimentos na capacitação das equipes, na modernização dos canais de atendimento e, principalmente, na excelência dos nossos processos.

O Programa Jeito AES de Atender (JAAT), instituído em maio de 2013, é um programa de aculturação com foco no cliente, que busca um padrão no relacionamento em todos os pontos de interação por meio de três pilares fundamentais:

- Atender o cliente no primeiro contato;
- Tratamento da insatisfação de forma efetiva e no prazo; e
- Qualidade dos aspectos relacionados ao atendimento.

No primeiro ano (2013) foi trabalhada a sensibilização dos colaboradores, as diretrizes e as metas. Implementando ferramentas de controles como as Regras de Ouro e a Caminhada do Cliente, mais de 10.000 colaboradores próprios e terceirizados foram treinados no manual comportamental, na padronização do atendimento e no código de vestimenta.

Em 2014, veio a consolidação do Jeito AES de Atender através da abordagem da “Cultura de Serviços”. Mais de 8 mil colaboradores foram treinados para a importância da integração das áreas no processo de atendimento ao cliente, tanto para aqueles que atendem diretamente ou para aqueles que estão nos “bastidores”, mas que são responsáveis por tratar as demandas que vem do atendimento.

Dentre as iniciativas para a modernização dos canais de atendimento destacam-se: o projeto de “Humanização do Atendimento Eletrônico (URA)”, que disponibiliza aos clientes mais serviços com uma interação mais sociável e gentil, e a reformulação do atendimento presencial com a melhoria da infraestrutura e disponibilização de 53 terminais de autoatendimento, além de 67 telefones com chamada direta para o Call Center. A Companhia também inovou com a implementação da Ouvidoria 24x7, para os casos de emergência e demandas comerciais, antes disponível apenas no horário comercial. Além disso, lançamos o novo website, elaborado após uma extensa pesquisa de navegabilidade e usabilidade, disponibilizando aos clientes mais serviços com rapidez e facilidade.

No que tange a excelência dos processos, uma nova metodologia de análise das reclamações foi implementada, baseada em técnicas estatísticas do Six Sigma e focada na análise das causas raízes. O objetivo dessa iniciativa é evitar a reincidência de reclamação, revisando processos e sistemas, além de contribuir como um direcionador para o programa interno de treinamento dos atendentes, nos diversos canais.

Em 2014, implementamos no Call Center a ferramenta RTI (*Real Time Impact*) para automatização de procedimentos, agilização de serviços e garantia na padronização de scripts. O processo escolhido inicialmente foi o de análise de fatura onde o atendente consultava, em média, 22 telas elevando o TMA. Esse processo reduziu o TMA em 20%, aumentou o FCR (*First Call Resolution*) de 83% para 91%.

Humanização da URA da Central de Relacionamento Corporativo e Poder Público, com essa medida, proporcionou a retenção de 60% de clientes no canal a partir de fevereiro/14, o que não ocorria anteriormente. Dessa forma não há necessidade de interação humana com o cliente, que inclusive, poderá fazer sua solicitação através do Portal Corporativo.

Implementação de campanhas ativas através de contatos com clientes que tiveram ordem de serviço, rejeitadas em campo. Os atendentes do Call Center contactam esses clientes, se antecipando e surpreendendo o cliente através do reenvio de sua solicitação. A mesma campanha é efetuada para clientes que fizeram solicitações via SMS e o sistema não pode identificar a necessidade, nesse caso o Call Center entra em contato com esse cliente para esclarecimentos sob a utilização do canal, bem como envio de solicitações.

Desempenho Comercial

A área de concessão da Companhia conta com as mais diversas atividades econômicas, as industriais, comerciais e de prestação de serviços. Além disso, a sua área de concessão possui a maior concentração populacional do país.

Atividade Comercial

Em 2014, o volume distribuído pela AES Eletropaulo atingiu 46.415,3 GWh, um crescimento de 0,4% em relação a 2013, impulsionado pelo desempenho positivo das classes residencial, comercial total (cativo e livre) e demais classes (cativo e livre) que cresceram 0,8%, 3,8% e 1,7%, respectivamente. Nesse período houve 1,1 dia a menos de faturamento (-108 GWh) e, se esse efeito fosse excluído, o mercado total cresceria 0,7%. O desempenho reflete as maiores temperaturas no 1T14 que ficaram em torno de 2,5°C acima da média histórica e estimularam o uso de aparelhos de climatização e ar-condicionado. Adicionalmente, o bom desempenho da atividade comercial no Estado de São Paulo no 1S14 e o crescimento de 1,3% da renda real na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)² em 2014 contribuíram para o aumento do consumo no período.

A classe industrial total (cativo e livre) apresentou retração de 5,1% em 2014, refletindo a menor atividade industrial na área de concessão da Companhia. O consumo da classe industrial impacta marginalmente o Ebitda da Companhia, dado que seus contratos se baseiam em demanda contratada e, na maior parte desses casos, não há margem associada ao volume de energia consumido.

Em 2014, o mercado livre registrou um consumo de 8.588,7 GWh, uma redução de 1,7% quando comparado a 2013, refletindo o desempenho da atividade econômica, principalmente no setor industrial, e da Copa do Mundo nos meses de junho e julho. Nesse período, o movimento de migração de unidades consumidoras para o ACL resultou em um acréscimo de 141 GWh no ACL. Desconsiderando o efeito da migração de clientes para o ACL, o mercado de clientes livres se reduziria 2,9%.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Operacional

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 14.509,0 milhões em 2014, um aumento de 15,0% quando comparada a 2013. Excluindo o reconhecimento do ativo regulatório líquido³, em dezembro de 2014, no montante de R\$ 270,5 milhões, a receita bruta do ano atingiu R\$ 14.238,5 milhões, um incremento de 12,9% em comparação aos R\$ 12.611,3 milhões registrados em 2013. Esse incremento é explicado, principalmente, pela: (i) maior receita de fornecimento no montante de R\$ 812,6 milhões; e (ii) pela venda de energia no curto prazo, superior em R\$ 803,9 milhões.

Como resultado das variações acima mencionadas, a receita operacional líquida da Companhia, excluindo o reconhecimento do ativo regulatório líquido, totalizou R\$ 10.286,8 milhões, um aumento de 14,1% quando comparado a 2013.

² Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

³ De acordo com a Orientação Técnica OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, e com a assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que garante à AES Eletropaulo indenização, quando da extinção da concessão, dos valores registrados na Conta de Compensação dos Valores de Itens de "Parcela A" - CVA.

R\$ milhões	2013	2014	Var (%) 2013 x 2014
Receita de Fornecimento	11.188,8	12.001,3	7,3%
Outras Receitas	1.422,5	2.237,1	57,3%
Ativos (Passivos) regulatório líquido	-	270,5	N.D.
Total Receita Bruta	12.611,3	14.509,0	15,0%
Total Receita Bruta ex- ativo regulatório líquido	12.611,3	14.238,5	12,9%
Deduções da Receita Bruta	(3.599,1)	(3.951,7)	9,8%
Receita Líquida*	9.012,2	10.286,8	14,1%

* Receita Líquida de 2014 exclui o reconhecimento do ativo regulatório líquido

Custos e Despesas Operacionais

Em 2014, as despesas operacionais apresentaram incremento de 27,1%, totalizando R\$ 9.498,2 milhões. As principais variações estão detalhadas a seguir:

Despesas Operacionais - em R\$ milhões*	2013	2014	Var (%) 2013 x 2014
Parcela A	5.833,5	7.895,8	35,4%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	5.296,7	7.483,8	41,3%
Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão	517,0	396,1	-23,4%
Taxa de fiscalização	19,8	15,9	-19,7%
PMSO	1.640,4	1.602,4	-2,3%
Pessoal	844,3	964,8	14,3%
Pessoal	506,5	678,8	34,0%
Entidade de Previdência Privada	337,7	286,0	-15,3%
Serviços de Terceiros	456,8	445,9	-2,4%
Materiais	46,2	42,9	-7,2%
Outros	293,2	148,9	-49,2%
Total	7.473,9	9.498,2	27,1%

* Não inclui depreciação e custo de construção

Parcela A

A despesa com compra de energia elétrica aumentou em 41,3% em comparação a 2013, principalmente em função do maior volume de energia comprada (45.077 GWh em 2014 versus 43.539 GWh em 2013) e preço médio, tendo sido parcialmente compensada pelo repasse de recursos por meio da CDE e da Conta-ACR no montante de R\$ 1.296,9 milhões.

As despesas com encargos do uso da rede elétrica e de transmissão apresentaram redução de 23,4% em 2014, principalmente em função do efeito positivo na liquidação pela CCEE no valor de R\$ 91,5 milhões em função de ajuste financeiro referente ao alívio retroativo do Encargo de Serviço de Sistema (ESS) e do recebimento de recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva (CONER) determinado pela ANEEL (R\$ 373,0 milhões), parcialmente compensados pela maior despesa com uso da rede básica e ESS dado o repasse de recurso da CDE ocorrido em 2013 no montante de R\$ 420,3 milhões.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais, excluindo o fundo de pensão da Companhia, totalizaram R\$ 1.316,4 milhões, estável em relação ao registrado em 2013 (R\$ 1.302,7 milhões). Excluindo também os itens não gerenciáveis pela Companhia como PCLD, baixas, contingências, venda do Cambuci (impacto de R\$ 114 milhões em 2014) e outros eventos não recorrentes, as despesas operacionais gerenciáveis totalizariam R\$ 1.183,9 milhões, valor 6,3% superior ao registrado em 2013, principalmente em função do maior custo com pessoal, conforme será detalhado a seguir.

Pessoal

Em 2014, as despesas com pessoal e encargos apresentaram um aumento de 34,0% em comparação a 2013, totalizando R\$ 678,8 milhões. Essa variação se deve principalmente à alteração no critério de

rateio de mão de obra própria entre Opex e Capex, no montante de R\$ 91,9 milhões. Desconsiderando esse efeito, o aumento das despesas com Pessoal seria de 15,9% no período, em função do reajuste de salários e benefícios e da reversão do passivo atuarial referente à Lei nº 9.656/98 (assistência médica pós-emprego), no montante de R\$ 19,4 milhões.

Em 2014, a despesa com entidade de previdência privada foi de R\$ 286,0 milhões, 15,3% inferior aos R\$ 337,7 milhões registrados em 2013, decorrente, principalmente, do aumento na taxa de desconto, refletindo as circunstâncias do mercado financeiro.

Pessoal - em R\$ milhões	2013	2014	Var (%) 2014 x 2013
Pessoal e Encargos	506,4	678,8	34,0%
Entidade de Previdência	337,7	286,0	-15,3%
Total	844,1	964,8	14,3%

Materiais e Serviços de Terceiros

Em 2014, as despesas com materiais e serviços de terceiros totalizaram R\$ 488,8 milhões, uma redução de 2,8% em comparação a 2013. Essa variação é resultado dos custos não recorrentes registrados no 1T13 referente à rescisões contratuais e internalização de equipes de emergência.

Outras Despesas Operacionais

Em 2014, as outras despesas operacionais apresentaram uma redução de 49,2% em relação a 2013, totalizando R\$ 148,9 milhões, em função, principalmente, da reversão de PCLD realizada no período, no valor de R\$ 59 milhões, referente aos Termos de Confissão de Dívida (TCD), além da reversão da provisão, em 2013, da Prefeitura de Carapicuíba (R\$ 14 milhões) e de provisão trabalhista de contribuição social em 2014 (R\$ 21 milhões).

Outras Despesas Operacionais em R\$ milhões	2013	2014	Var (%) 2014 x 2013
PCLD e Baixas	16,9	80,6	376,1%
Provisão (Reversão) para contingências	104,4	29,0	-72,3%
Demais *	171,8	39,3	-77,1%
Total	293,2	148,9	-49,2%

* Arrendamentos e aluguéis, Indenizações, Perdas e Danos, Publicidade, Tarifas Bancárias, IPTU etc

Ebitda

Em 2014, o Ebitda Reportado foi de R\$ 476,1 milhões, ante um resultado de R\$ 729,3 milhões em 2013. Excluindo o efeito de R\$ 270,5 milhões relativo ao ativo regulatório líquido, o Ebitda em 2014 atingiu R\$ 205,6 milhões. A variação de R\$ 523,8 milhões menor que em 2013 ocorre em função (i) da exposição involuntária no 1S14 com custos com compra de energia maiores; (ii) devolução de R\$ 563,8 milhões referente à amortização do passivo regulatório formado em função da postergação da 3RTP; e (iii) R\$ 162,8 milhões referente à devolução do ativo possivelmente inexistente. Em 2014, a Companhia contabilizou os aportes de recursos da CDE e da Conta-ACR no montante de R\$ 1,3 bilhão, em comparação ao R\$ 1,1 bilhão contabilizado em 2013.

Conforme IN CVM 527/2012, a divulgação do cálculo do EBITDA deve ser acompanhada da conciliação dos valores constantes das demonstrações contábeis e deve ser obtido da seguinte forma: prejuízo líquido em 2014 (R\$ 131,8 milhões) e lucro líquido em 2013 (R\$ 198,2 milhões), acrescidos dos tributos sobre o lucro (R\$ 64,6 milhões em 2014 e R\$ 111,4 milhões em 2013), das despesas financeiras líquidas em 2014 (R\$ 201,9 milhões) e das receitas financeiras líquidas em 2013 (R\$ 16,4 milhões) e das depreciações e amortizações (R\$ 470,5 milhões em 2014 e R\$ 435,6 milhões em 2013) totalizando, conforme acima, R\$ 476,1 milhões em 2014 e R\$ 729,3 milhões em 2013.

Resultado Financeiro

Em 2014, o resultado financeiro líquido foi uma despesa financeira de R\$ 201,9 milhões, ante uma receita financeira de R\$ 16,4 milhões em 2013. Essa variação é explicada, principalmente, como segue: (i) efeito líquido do CDI em função do aumento da taxa de juros e do maior saldo de dívida no período; (ii) reclassificação⁴, em 2014, de Provisão/Reversão para processos judiciais para a despesa financeira, no montante de R\$ 32,5 milhões; e (iii) atualização do valor justo dos ativos de concessão⁵, no montante de R\$ 61 milhões.

Resultado Líquido

Em 2014, a Companhia registrou um prejuízo líquido reportado de R\$ 131,8 milhões, ante um lucro líquido de R\$ 198,2 milhões em 2013. Excluindo o efeito do reconhecimento de R\$ 178,5 milhões, líquido de IR/CSLL, relativo ao ativo regulatório líquido no valor de R\$ 270,5 milhões, o prejuízo líquido em 2014 foi de R\$ 310,4 milhões decorrente, principalmente: (i) da exposição involuntária no 1S14, com custo de energia elevado; (ii) devolução de R\$ 372,1 milhões referente à amortização do passivo regulatório; e (iii) R\$ 107,4 milhões referente à devolução do ativo possivelmente inexistente.

Remuneração aos Acionistas

Em função do resultado negativo apresentado em 2014 não há proposta de distribuição de dividendos, conforme tabela abaixo:

Remuneração aos Acionistas (R\$ milhões)	
Lucro Líquido do exercício - 31/12/2014	(131,7)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	96,1
Dividendos e JSCP prescritos	6,2
Constituição de reserva legal (5%)	-
Base para distribuição de dividendos	(29,4)
Dividendos intermediários já distribuídos	-
Juros sobre capital próprio já destinados	-
Dividendos propostos	-
Reserva estatutária	(29,4)

Endividamento

Para fins de análise deste relatório, e de acordo com os critérios utilizados para o cálculo dos contratos de dívida da Companhia, consideramos o saldo devedor com o fundo de pensão no valor de R\$ 1.270,8 milhões (excluindo o efeito do corredor).

Em 31 de dezembro de 2014, a dívida bruta da Companhia totalizava R\$ 4.342,7 milhões, um aumento de 9,6% em relação aos R\$ 3.960,7 milhões registrados em 31 de dezembro de 2013.

As disponibilidades somavam R\$ 909,2 milhões no encerramento do exercício, valor R\$ 65,0 milhões inferior ao mesmo período de 2013. Como resultado, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 3.433,5 milhões em 2014, um aumento de 15,0% quando comparada a 2013, em função, principalmente, de:

- (i) recebimento de parcela do 2º contrato com a FINEP, no montante de R\$ 29 milhões;
- (ii) 16ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 350 milhões; e
- (iii) redução de R\$ 65 milhões no saldo caixa.

Parcialmente compensados pelo:

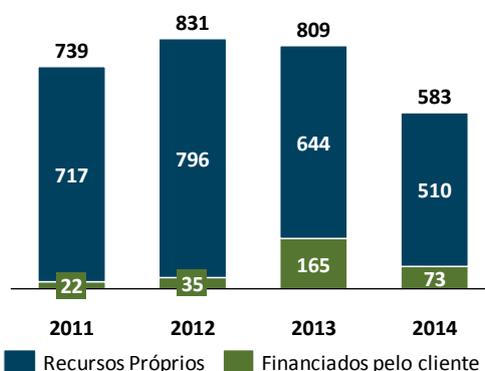
⁴ A Companhia efetuou algumas reclassificações de contas relativas às demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. As principais alterações foram: (i) atualizações monetárias e juros dos processos judiciais e outros da rubrica "Provisão/Reversão para processos judiciais e outros" para despesa financeira; (ii) variações monetárias ativas e passivas foram reclassificadas respectivamente para receita e despesa financeira, ficando apenas as variações cambiais separadas.

⁵ Investimentos que não serão totalmente depreciados até o final da concessão. Ver Nota Explicativa nº. 3 das Demonstrações Financeiras.

- (iv) pagamento da 2ª parcela de amortização da 13ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 20 milhões, em maio de 2014;
- (v) pagamento da 2ª parcela de amortização do CCB com o Bradesco, no valor de R\$ 30 milhões, em novembro de 2014;

Em 31 de dezembro de 2013, a dívida atrelada ao CDI, de R\$ 2.695,1 milhões, tinha um custo médio de CDI + 1,42% a.a., e passou para R\$ 3.009,0 milhões, a um custo médio de CDI + 1,43% a.a. em 31 de dezembro de 2014 em função, principalmente, da 16ª emissão de debêntures. Já o saldo remanescente da dívida de R\$ 1.250,3 milhões, basicamente atrelada a índice de preço, tinha um custo médio de IGPD + 5,5% a.a. em 31 de dezembro de 2013 e o mesmo custo médio para o saldo de R\$1.321,7 milhões em 31 de dezembro de 2014. O prazo médio da dívida em 31 dezembro de 2013 era de 6,1 anos, patamar superior ao prazo de 5,4 anos, de 31 de dezembro de 2014.

Investimentos



Em 2014, o volume de investimentos da Companhia atingiu R\$ 583,0 milhões, sendo que R\$ 510,4 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 72,6 milhões foram financiados pelos clientes.

Investimentos - R\$ milhões	2013	2014	Var (%) 2013x2014
Serviço ao Cliente e Expansão do Sistema	361,7	282,3	-21,9%
Confiabilidade Operacional	193,1	143,6	-25,6%
Recuperação de Perdas	23,2	8,9	-61,5%
Tecnologia da Informação	29,9	33,5	12,2%
Outros	36,6	42,0	14,9%
Total (c/ recursos próprios)	644,4	510,4	-20,8%
Financiado pelo cliente	164,7	72,6	-55,9%
Total	809,1	583,0	-27,9%

Principais Investimentos em 2014

Serviços ao Cliente e Expansão do Sistema

- Foram investidos R\$ 152,5 milhões para atender à adição de 153,4 mil novos clientes, dos quais 44,3 mil estão relacionados às regularizações de ligações ilegais.
- Foram investidos R\$ 129,9 milhões em obras de expansão beneficiaram aproximadamente 534 mil usuários no período.

Confiabilidade Operacional

- Foram investidos R\$ 143,6 milhões, principalmente na manutenção de 2.260 km da rede e modernização da subtransmissão e redes subterrâneas.

Recuperação de Perdas

- Foram investidos R\$ 8,9 milhões, na regularização de 26,7 mil regularizações de ligações ilegais e na correção de 18,5 mil irregularidades por meio de inspeções de fraudes e anomalias.

Tecnologia da Informação

- Em 2014 foi investido um total de R\$ 33,5 milhões em tecnologia da informação.

Outros

- Foram investidos R\$ 42,0 milhões principalmente em muros, passeios e taludes e renovação da frota de veículos.

Financiado pelo Cliente

- Os investimentos financiados pelos clientes totalizaram R\$ 72,6 milhões e se referem principalmente à conversão e remoção de redes e alteamento de linhas de alta tensão.

Investimento Remunerável

O investimento remunerável, também denominado de Base de Remuneração, é constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e Almojarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial). Sobre ele foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida - RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL de 02/07/2012 e Despacho nº. 4.258 de dezembro de 2013.

A tabela a seguir apresenta os valores da Base de Remuneração aprovada pela Aneel para o 3º ciclo em 2013, retroativos a 2011:

Componentes do Investimento Remunerável (R\$)	Revisão * jul/11	Reajuste jul/12	Reajuste jul/13	Reajuste jul/14
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	16.189.530.212,21	17.021.672.065,12	18.096.420.439,31	19.225.818.038,92
b1) (-) Depreciação Acumulada	10.347.767.122,93	10.879.642.353,05	11.566.582.971,22	12.288.453.414,45
b2) (-) Depreciação Acumulada %	63,90%	63,90%	63,90%	63,90%
c1) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Bruta	1.370.413.429,38	1.440.852.679,65	1.531.828.117,84	1.627.429.510,67
c2) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Líquida	1.196.630.700,25	1.258.137.518,25	1.337.576.321,15	1.421.054.459,35
d) Bens 100% depreciados	3.364.292.878,86	3.537.217.532,84	3.760.557.447,86	3.995.253.838,18
e) Terrenos e Serviços	313.831.954,63	329.962.917,10	350.796.775,69	372.690.002,46
f) = Ativo Imobilizado em Serviço Bruto Depreciável	11.140.991.949,34	11.713.638.935,53	12.453.238.097,92	13.230.444.687,61
g) (+) Almojarifado	31.500.064,06	33.119.167,35	35.210.311,58	37.407.787,12
h) = Investimento Remunerável (Base Remuneração)	4.676.632.453,09	4.917.011.361,17	5.227.471.458,52	5.553.717.952,24
i) (+) Investimento previsto no Xe	-	-	-	-
j) Variação do IGPM (RH Aneel/Reajuste Tarifário n°)	1,0000	1,0514	1,0631	1,0624
k) cota de Depreciação - Taxa média Anual %	3,82%	3,82%	3,82%	3,82%
*) 3º ciclo de RTP - Junho de 2011				
Valores após reconhecimento pedido de reconsideração	a) valor deduzido dos valores de Bens Administrativos, Veículos, Móveis e Utensílios e índice de aproveitamento.			
Valores extraídos Voto André Pepitone	Os valores de REAJUSTE foram corrigidos pelo IGPM (h) sem considerar adições, baixas e depreciação entre períodos.			

Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

Em 2014, a AES Eletropaulo investiu R\$ 23,3 milhões em inovação, pesquisa e desenvolvimento, dentro da sua estratégia de inovação, com foco na melhoria de processos técnicos e operacionais, na segurança de colaboradores e terceirizados, além da promoção de iniciativas sustentáveis para as comunidades.

Os principais projetos de 2014 estão se tornando programas permanentes, como o de Rede Inteligente (Smartgrid), com investimentos de R\$ 15,5 milhões no desenvolvimento e implementação de soluções de monitoramento, medição, supervisão, comunicação e inteligência na rede elétrica, integrando e levando os sistemas da Companhia a um novo patamar tecnológico.

Foram também realizados projetos de linhas de transmissão, meio ambiente, soluções técnicas de redes de distribuição, otimização de atividades e processos, novos conceitos, metodologias e equipamentos.

Programa de Eficiência Energética

Alinhado com a estratégia de sustentabilidade, o Programa de Eficiência Energética da AES Eletropaulo busca reduzir o desperdício de energia elétrica nos clientes da Companhia por meio do acesso seguro e regular de energia em comunidades de baixa renda - no âmbito do programa Transformação de Consumidores em Clientes - e da eficiência de máquinas e equipamentos em clientes públicos e corporativos. Em 2014, foram investidos R\$ 47,6 milhões, dos quais R\$ 16,3 milhões em projetos diversos e R\$ 31,3 milhões no programa Transformação de Consumidores em Clientes.

No programa Transformação de Consumidores em Clientes objetiva-se a regularização de ligações informais por meio do fornecimento seguro e confiável de energia em comunidades de baixa renda.

Nos demais projetos do programa de eficiência energética, foram contemplados um hospital e administrações de prefeituras municipais, com a implementação de melhorias tecnológicas como a substituição de equipamentos nos sistemas de iluminação, climatização e refrigeração. Destaque para o projeto de instalação de uma microgeração de energia fotovoltaica na sede do Governo do Estado de São Paulo, trazendo economia de energia e de manutenção ao edifício e tornando-o mais sustentável.

Segurança

Os Programas de Segurança da Companhia são baseados nas diretrizes globais da The AES Corporation (“AES Corp”) e no Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (SGSSO).

Os requisitos do SGSSO estão de acordo com as especificações da Norma OHSAS 18001 (Occupational Health and Safety Assessment Series), uma norma internacional com foco na saúde e segurança do trabalho, voltada à preservação da integridade física e saúde dos colaboradores e parceiros, por meio de práticas de mitigação de riscos em atividades e instalações. Como resultado da aderência do nosso Sistema de Gestão de Saúde e Segurança recebemos, em 2012, a Certificação OHSAS 18001.

Em 2014 foi realizada a auditoria de manutenção (de forma integrada com o Sistema de Gestão de Meio Ambiente) pela certificadora ABS Quality, cujo resultado foi o de “zero não conformidade”.

Em 2014, a AES Eletropaulo investiu R\$ 14,8 milhões e deu continuidade ao conjunto de ações para manter a melhoria contínua dos índices de saúde e segurança, colhendo resultados significativos. A continuidade das práticas previstas no Programa de Segurança foi efetiva, alcançando-se uma redução de 17% no número de acidentes com e sem afastamento com colaboradores próprios e colaboradores terceirizados. Não foram registradas fatalidades com colaboradores próprios ou contratados da companhia.

A Companhia também mantém quatro comitês formais de segurança: o Comitê de Segurança do Trabalho AES Brasil, o Comitê de Segurança do Trabalho da AES Eletropaulo, o Comitê Regional AES Eletropaulo e a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), todos com representação dos interesses de 100% dos colaboradores.

Em Novembro de 2014, a AES Eletropaulo foi reconhecida com o 3º lugar no Prêmio Eloy Chaves (prêmio latino americano). Este prêmio reconhece a excelência nos programas de gestão de segurança da companhia.

A AES Eletropaulo também ganhou duas medalhas de ouro no Rodeio Nacional de Eletricistas de Distribuição. As medalhas de ouro foram conquistadas nas categorias “substituição de isoladores” e “destreza com bastão”

Segurança com a População

Para evitar acidentes com a população, a AES Eletropaulo promove diversas campanhas e programas de conscientização com parte do Movimento Viva sem Acidentes. Em 2014, foram intensificadas as palestras de segurança nas comunidades e em empresas, a realização de *Blitze* com a população e treinamentos voltados aos trabalhadores da construção civil.

O projeto também tem como ferramenta a realização de campanhas de conscientização nas emissoras de TV aberta e rádios para informar os riscos e qual é o comportamento mais seguro na hora de executar atividades próximas à rede elétrica.

A companhia investiu R\$ 4,2 milhões em 2014 para levar informação à população de baixa renda, público com o maior índice de acidentes. Em 2014, houve 10 acidentes fatais com a população, contra 18 em 2013. As ações de conscientização sobre os riscos continuarão em 2015.

Excelência na Gestão

Desde que o seu Planejamento Estratégico Sustentável 2012-2016 foi lançado, o Grupo AES Brasil passou por mudanças em seu contexto de atuação. As alterações no ambiente econômico, político e setorial evidenciaram a necessidade de revalidar o Planejamento Estratégico Sustentável para os anos de 2015 a 2019.

Simplificação e foco foram os grandes direcionadores da nova estratégia, formada por objetivos de longo prazo, direcionadores estratégicos e compromissos do negócio. Uma estratégia que tem como base os seus principais Ativos Intangíveis e os Valores do Grupo.

Direcionadores Estratégicos	Compromissos de negócio
Satisfação do cliente	Garantir excelência dos serviços prestados com ética e respeito ao cliente
Desenvolvimento de negócios	Crescer com soluções sustentáveis de energia
Eficiência no uso de recursos e disciplina na execução	Maximizar valor antecipando e reduzindo riscos e impactos econômicos, sociais e ambientais
Engajamento dos públicos de relacionamento	Promover avanços no setor, educar a população para o consumo consciente e desenvolver colaboradores, parceiros e comunidades

Com o amadurecimento e avanços conquistados em termos de pensamento integrado e entendimento da relação entre sustentabilidade e negócios e em função dos desafios trazidos pelas mudanças de cenários climático e regulatório, a alta gestão da AES Brasil decidiu dar um passo muito importante. De forma a tornar mais tangível a integração dos temas sociais, ambientais e de governança, os principais aspectos da Plataforma de Sustentabilidade foram incorporados ao Planejamento Estratégico Sustentável 2015-2019.

O novo planejamento surge, portanto, para oferecer a todos os públicos de relacionamento da companhia uma estratégia unificada e consistente para que a AES Brasil avance em direção à sua nova visão a partir de 2015 e para que possa gerar valor compartilhado a todos. O acompanhamento de indicadores estratégicos é realizado periodicamente em fóruns de performance e reuniões com gestores e lideranças, em que são tomadas decisões visando ao cumprimento de metas estabelecidas.

A empresa se baseia no Modelo de Excelência da Gestão (MEG), da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) como um dos pilares da estratégia, ligado ao direcionador Eficiência no uso de recursos e disciplina na execução. A partir do MEG, diversos processos da Companhia são revisados anualmente para avaliar o grau de maturidade da gestão da Companhia e definir ações para a melhoria dos processos. Como base para este diagnóstico é feita uma avaliação dentro do ciclo do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), uma iniciativa da FNQ que reconhece as empresas de classe mundial, consideradas como detentoras das melhores práticas de gestão.

Este relatório apresenta alguns dos principais resultados da AES Eletropaulo nos temas de sustentabilidade da Plataforma de Sustentabilidade, no último ano de seu acompanhamento.

Relacionamento com o Público Interno

Com o objetivo de atrair, desenvolver e reter seus talentos, as empresas do Grupo AES Brasil buscam proporcionar aos seus colaboradores um ambiente de trabalho ético e inclusivo, que valorize a diversidade e que promova o desenvolvimento pessoal e profissional, por meio da educação para a sustentabilidade e da aplicação de critérios que valorizem seus compromissos.

Diariamente, a AES Eletropaulo mantém atenção especial voltada para seus colaboradores. A empresa busca criar mecanismos de incentivo e valorização que proporcionem eficiência, satisfação profissional e qualidade de vida.

Em 2014, teve continuidade o processo de desenvolvimento dos 6.152 colaboradores da AES Eletropaulo com o objetivo de fazer o profissional se sentir realizado com o que faz e ter a consciência de que seu trabalho traz benefícios para a sociedade. As políticas de desenvolvimento de carreira, que incluem os processos de educação continuada, estágio, reconhecimento, cursos de idiomas, participação em cursos e seminários, além do programa Siga Livre, que permite mobilidade de cargos e funções dentro da empresa, norteiam o enfoque desse trabalho.

O diálogo com a alta direção é garantido pelo Pé Na Estrada, programa que coloca o principal executivo da Companhia, seu Diretor Presidente, em uma conversa aberta e direta com os colaboradores, com o objetivo de apresentar os resultados do ano anterior, a estratégia para o próximo período, o plano de investimentos e as metas a serem perseguidas.

Uso eficiente de Recursos Naturais

A AES Eletropaulo conta com o Sistema de Gestão Ambiental (“SGA”) certificado desde 2000 segundo os requisitos da Norma ISO 14001. Em 2014 foi realizada a auditoria de manutenção (de forma integrada com o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho) pela certificadora ABS Quality, cujo resultado foi o de “zero não conformidade”. O SGA tem como principal foco as ações de prevenção, correção, mitigação e controle de impactos ambientais, oferece uma sistemática de melhoria contínua por meio do desenvolvimento de objetivos, metas e programas de gestão, padronizando, assim, os processos e as atividades da Companhia, especialmente as que oferecem maiores riscos ao meio ambiente, de acordo com as premissas do seu planejamento estratégico sustentável.

O sistema também trata de temas que envolvem gestão de fornecedores de serviços e materiais, levando em consideração questões relacionadas ao atendimento da legislação ambiental e das políticas da Companhia, além de prevenção de impactos e acidentes. Outro ponto de atenção do SGA são os impactos que as atividades da AES Eletropaulo causam nas comunidades da sua área de concessão. Todas essas ações são direcionadas pela política de sustentabilidade do grupo AES Brasil, que promove uma atuação em consonância com a legislação ambiental vigente e em respeito aos recursos naturais.

Em 2014, a AES Eletropaulo destinou R\$ 96,2 milhões para ações de meio ambiente, como treinamentos, melhoria na gestão ambiental de processos, novas tecnologias, licenciamentos e compensações ambientais, investigação de potenciais passivos, remediações ambientais e auditorias ambientais junto aos fornecedores.

Desenvolvimento e Valorização de Comunidades

Com o objetivo de promover a melhoria contínua da atuação social e de garantir o máximo alinhamento com a estratégia de negócios e com a Política de Sustentabilidade, a relação e os compromissos da AES Brasil com as comunidades são pautados pelo Sistema de Gestão de Responsabilidade Social Corporativa (SGRSC), que atendem às normas e aos padrões externos aplicáveis aos negócios do Grupo AES no Brasil, como ISO 26.000 e AA 1.000.

As iniciativas voltadas para as comunidades estão agrupadas em quatro pilares da Política de Investimento Social Privado (alinhadas ao modelo de criação de valor da empresa fundamentado no Planejamento Estratégico Sustentável): Educação, Cultura, Esporte e Saúde; Capacitação Profissional Inclusiva; Acesso à Energia e Eficiência Energética; Influência Social. O sistema de avaliação é composto por indicadores de gestão das atividades, de medição de impacto sobre o público atingido e de investimento por projeto, além da realização de pesquisas de opinião junto aos beneficiados para colher os feedbacks de satisfação e de atendimento às expectativas de cada público. Essa metodologia foi ampliada para alguns dos projetos sociais do programa Consumo Mais Inteligente.

Em 2014, foram investidos e destinados R\$ 90,3 milhões, dos quais R\$ 52,5 milhões com recursos incentivados e R\$ 37,8 milhões com recursos próprios em ações sociais. Mais informações sobre o tema podem ser conhecidas no Relatório de Sustentabilidade da AES Eletropaulo.

Reconhecimentos

- *Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) - BM&FBovespa*: a AES Eletropaulo integrará em 2015, por mais um ano, a carteira do índice que reúne as empresas com práticas mais sustentáveis da Bolsa. A AES Eletropaulo faz parte do índice desde 2005, quando foi criado;
- *Troféu Transparência*: a Companhia recebeu o reconhecimento da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) pela qualidade e transparência de suas demonstrações financeiras;
- *Prêmio Carta Capital*: 1º lugar no ranking do setor de energia na categoria “Empresas Mais Admiradas do Brasil”;
- *Medalha Eloy Chaves 2014*: 3ª melhor empresa em saúde e segurança do trabalho na categoria Distribuidoras com mais de 2.000 colaboradores - Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE);
- *Instituto Brasileiro de Marketing de Relacionamento (IBMR)*: Prêmio ABT nas categorias Atendimento Técnico e Gestão de Qualidade;
- *PR Newswire*: 13ª empresa mais sustentável segundo a mídia.

Além dos reconhecimentos individuais, a AES Eletropaulo contribuiu significativamente para outros importantes reconhecimentos para o grupo AES Brasil focados em inovação e sustentabilidade:

- *Guia Exame de Sustentabilidade*: melhor empresa do setor energético e destaque em Relação com Clientes;
- *Prêmio ECO 2014*, categoria ELIS (Estratégia, Liderança e Inovação para a Sustentabilidade) - Amcham Brasil;
- *Prêmio IBEF de Sustentabilidade na categoria Governança Corporativa* - Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF);
- *Prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas* - Negócios da Comunicação;
- *17ª posição entre as empresas mais inovadoras do Brasil e segundo lugar na categoria Estratégia Empresarial e Inovação* - Revista INFO Exame;
- *Prêmio TOP de Sustentabilidade* - ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil).

Governança Corporativa

A AES Eletropaulo integra o Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa desde 2004 e foi a sétima Companhia a se comprometer com o seu regulamento. Seguindo as regras do Nível 2, a Companhia disponibiliza suas demonstrações contábeis em inglês e concede tag along de 100% para os acionistas detentores de ações ordinárias (ON) e ações preferenciais (PN). Além disso, as ações preferenciais possuem direito a voto em algumas matérias, é prevista adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado para resolução de conflitos societários e a obrigatoriedade de possuir pelo menos 20% de membros independentes no seu Conselho de Administração.

Desde 2005 a Companhia integra a carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade. Por ser subsidiária da The AES Corporation, companhia de capital aberto com ações na Bolsa de Nova York, a AES Eletropaulo adequou seus controles internos à Lei Sarbanes-Oxley (SOX), cujo objetivo é assegurar a confiabilidade das demonstrações contábeis de companhias que negociam ações no mercado norte-americano.

Estrutura Societária

Em dezembro de 2014, o capital social da AES Eletropaulo era de R\$ 1.257,6 milhões, representado por 66.604.817 ações ordinárias (39,8% do total) e 100.739.070 ações preferenciais (60,2% do total), com um *free float* total de 94.172.060 ações (56,3% do total). Ao final do exercício, a Companhia contava com aproximadamente 66 mil acionistas.

AES Eletropaulo						
Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
AES ELPA	51.825.798	77,8%	0	0,0%	51.825.798	31,0%
União Federal	13.342.384	20,0%	258	0,0%	13.342.642	8,0%
Cia Brasileira de Energia	0	0,0%	7.434.410	7,4%	7.434.410	4,4%
BNDES	1	0,0%	568.976	0,6%	568.977	0,3%
Outros (Free Float)	1.436.634	2,2%	92.735.426	92,1%	94.172.060	56,3%
Total	66.604.817	100,0%	100.739.070	100,0%	167.343.887	100,0%

Mercado de Capitais

As ações da AES Eletropaulo estão listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa sob os códigos ELPL3 (ordinárias) e ELPL4 (preferenciais). A Companhia também possui ADRs negociadas no Nível I do mercado de balcão norte-americano (OTC), sob o código EPUMY.

Em 2014, a ação ELPL4 foi negociada em todos os pregões da BM&FBovespa. Os dados de liquidez mostram a realização de aproximadamente 678 mil negócios, envolvendo cerca de 230 milhões de ações preferenciais e com volume médio diário de R\$ 8,3 milhões no mercado à vista. No ano, as ações preferenciais da AES Eletropaulo sofreram queda de 7,5%. No mesmo período, o índice Bovespa caiu 2,9% e o IEE subiu 3,5%.

AES Eletropaulo x Ibovespa x IEE

Base 100



Serviços de Auditoria Independente

Ao longo do exercício de 2014, a AES Eletropaulo utilizou os serviços de auditoria independente da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para a realização de outros trabalhos de auditoria e consultoria, em adição à auditoria das demonstrações contábeis e revisão especial das Informações Trimestrais (ITRs) relativas a 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro daquele mesmo exercício (conjuntamente denominados serviços de auditoria externa). Os detalhes dos contratos desses serviços encontram-se abaixo:

- (i) Natureza do serviço: Auditoria de procedimentos previamente acordados dos Custos Variáveis da Parcela A (CVA) de acordo com a NBC-TSC-4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis e procedimentos estabelecidos pela Aneel. Data da contratação: 02 de junho de 2014.
- (ii) Natureza do serviço: Auditoria de procedimentos previamente acordados das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) de acordo com a NBC-TSC-4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis e procedimentos estabelecidos pela Aneel. Data da contratação: 02 de junho de 2014.
- (iii) Natureza do serviço: Auditoria de procedimentos previamente acordados do Relatório de Controle Patrimonial (RCP) em atendimento do inciso II, artigo 4º da Resolução Normativa ANEEL 367. Data da contratação: 02 de junho de 2014.

(iv) Natureza do serviço: asseguração limitada (verificação independente) sobre as informações do relatório de sustentabilidade da Companhia, referentes ao ano calendário de 2014, segundo as diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI). Data da contratação: 16 de julho de 2014.

(v) Natureza do serviço: Verificação independente sobre as informações financeiras do Formulário de Referência da Companhia, referente ao ano calendário de 2013, segundo as diretrizes estabelecidas pela CVM. Data da contratação: 10 de abril de 2014.

(vi) Natureza do serviço: Verificação do preenchimento da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ. Data da contratação: 14 de maio de 2014.

O valor total dos serviços descritos acima somam R\$ 182.878,34 (cento e oitenta e dois mil, oitocentos e setenta e oito reais e trinta e quatro centavos) e equivale a 42,39% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Todos os serviços descritos acima possuem prazo de contratação inferior a um ano.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da KPMG, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Barueri, 25 de fevereiro de 2015.

Balanco Social



Balanco Social Anual / 2014

Empresa: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

1 - Base de Cálculo	2014 Valor (Mil reais)			2013 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	10.557.279			9.012.207		
Resultado operacional (RO)	5.530			293.619		
Folha de pagamento bruta (FPB)	678.759			506.531		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	62.054	9,14%	0,59%	55.663	10,99%	0,62%
Encargos sociais compulsórios	131.583	19,39%	1,25%	116.517	23,00%	1,29%
Previdência privada	286.038	42,14%	2,71%	337.746	66,68%	3,75%
Saúde	60.932	8,98%	0,58%	53.082	10,48%	0,59%
Segurança e saúde no trabalho	14.798	2,18%	0,14%	12.640	2,50%	0,14%
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.618	0,53%	0,03%	3.973	0,78%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	1.379	0,20%	0,01%	1.322	0,26%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	70.431	10,38%	0,67%	65.745	12,98%	0,73%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	630.833	92,94%	5,98%	646.688	127,67%	7,18%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	14.197	256,74%	0,13%	20.099	6,85%	0,22%
Cultura	3.390	61,30%	0,03%	3.565	1,21%	0,04%
Saúde e saneamento	704	12,74%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Esporte	1.441	26,06%	0,01%	1.885	0,64%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	70.542	1275,63%	0,67%	87.639	29,85%	0,97%
Total das contribuições para a sociedade	90.276	1632,47%	0,86%	113.188	38,55%	1,26%
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.387.976	43182,21%	22,62%	2.375.071	808,90%	26,35%
Total - Indicadores sociais externos	2.478.252	44814,68%	23,47%	2.488.259	847,44%	27,61%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da e	44.124	797,91%	0,42%	28.430	9,68%	0,32%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	52.042	941,09%	0,49%	57.260	19,50%	0,64%
Total dos investimentos em meio ambiente	96.167	1739,00%	0,91%	85.690	29,18%	0,95%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2014			2013		
Nº de empregados(as) ao final do período	6.152			6.208		
Nº de admissões durante o período	562			953		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	8.798			9.293		
Nº de estagiários(as)	26			35		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	987			980		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.060			1.092		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	16,48%			17,29%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.454			1.363		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	6,98%			6,11%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	76			66		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014 Valor (Mil reais)			2013 Valor (Mil reais)		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	87,97			96,25		
Número total de acidentes de trabalho	57			52		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as)	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 32.059(**)	no Procon 4.432	na Justiça 4.077	na empresa 27.778	no Procon 3.592	na Justiça 3.138
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça -	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014: 4.674.326			Em 2013: 4.715.348 (*)		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	72,02% go verno	18,84% colab orado res(as)	-2,82% acionistas	68,85% go verno	18,27% colab orado res(as)	4,20% acionistas
7 - Outras Informações						

(*) alteração no valor devido a algumas reclassificações realizadas no ano corrente

(**) As reclamações "na empresa" contabilizam apenas o controle da Ouvidoria.